



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

LÍDIA VERÔNICA DE FREITAS ARAÚJO

**O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA**

CAMPINA GRANDE
2012

LÍDIA VERÔNICA DE FREITAS ARAÚJO

**O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientação: Profa. Ma. Patrícia Crispim Moreira

CAMPINA GRANDE
2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Serviço Social Luiza Erundina– UEPB

A663s Araújo, Lídia Verônica de Freitas.
O serviço social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de São José da Mata do Município de Campina Grande/PB [manuscrito] : uma análise da atuação profissional nos grupos de convivência / Lídia Verônica de Freitas Araújo. – 2012.
31 f. il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Ma. Patrícia Crispim Moreira, Departamento de Serviço Social”.

1. Assistente Social. 2. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). 3. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

LÍDIA VERÔNICA DE FREITAS ARAÚJO

**O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB:
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba
como requisito para obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 06 de Julho de 2012.

Nota: 9,5

BANCA EXAMINADORA:

Patrícia Crispim Moreira

Prof.^a Ms. Patrícia Crispim Moreira - DSS/CCSA/UEPB
Orientadora

Thereza Karla de Souza Melo

Prof.^a Ms. Thereza Karla de Souza Melo - DSS/CCSA/UEPB
Examinadora

Kalina de Oliveira Barbosa

Kalina de Oliveira Barbosa - Assistente Social (CRAS)
Examinadora

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Faixa Etária	21
Gráfico 02 - Renda	21

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAIF	Programa de Atenção Integral as Famílias
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO SOCIO- HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INTRÍNSECA RELAÇÃO COM A “QUESTÃO SOCIAL” BRASILEIRA	9
3 O SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO	13
4 O SURGIMENTO DA PESQUISA: CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE ESTÁGIO	17
4.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA: A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO TRABALHO	20
4.2 ANÁLISE DOS DADOS	21
4.2.1 Perfil dos entrevistados	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS	31

O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

Lídia Verônica de Freitas Araújo

RESUMO

Este trabalho visa uma análise do Serviço Social junto aos grupos de convivência no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do distrito de São José da Mata, Campina Grande-PB, e os impactos provocados na vida dos usuários desses espaços. Os CRAS são instituídos a partir da consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) o qual visa um novo modelo de gestão da política de assistência, tendo como foco primordial a matricialidade socio-familiar. Todo esse modelo é constituído somente mediante a promulgação da Constituição Federal de 1988 que insere a assistência no campo dos direitos assegurados pelo Estado. Esse trabalho se constitui de uma pesquisa de campo, realizada no CRAS, tendo com sujeitos os participantes dos grupos de gestante e idosos, assim como os profissionais que acompanham os referidos grupos. Para a realização da pesquisa fizemos uso de uma entrevista semi-estruturada com perguntas abertas e fechadas. Os resultados obtidos, nos percebe que ainda há muito o que avançar em relação aos serviços prestados no âmbito dos CRAS, considerando as fragilidades que permeiam as políticas socio-assistenciais.

Palavras - Chave: CRAS. Assistência Social. Serviço Social.

ABSTRACT

This study aims at analyzing the social service groups living next to the Reference Center for Social Assistance (CRAS) district of San Jose Forest, Campina Grande, PB, and the impacts on the lives of users of these spaces. The CRAS are established from the consolidation of the Single System of Social Services (ITS) which seeks a new management model of care policy, focusing on the major socio-matricialidade family. This whole model is constituted only through the enactment of the Federal Constitution of 1988 that inserts assistance in the field of rights guaranteed by the state. This work constitutes a field research conducted in CRAS, and subject to the participants of the groups of pregnant women and elderly, as well as professionals accompanying such groups. For the research we used a semi-structured interview with open and closed questions. The results obtained, we realize that there is still much to advance in relation to services provided under the CRAS, considering the weaknesses that permeate the political socioassistenciais.

Keywords: CRAS. Welfare. Social Services.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo avaliar o trabalho do Serviço Social junto aos grupos de convivência do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do distrito de São José da Mata, Campina Grande/PB, ressaltando como se manifesta esse trabalho no cotidiano dos participantes dos grupos, considerando o caráter universal da política de assistência que visa proporcionar aos indivíduos que dela necessitam o acesso aos direitos que possibilitem condições mínimas de sobrevivência, tendo em vista as crescentes desigualdades provocadas pelas intensas transformações societárias.

As marcantes desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira são impulsionadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista e que diretamente rebatem nas condições de vida das classes subalternas, contribuindo para o crescimento da pauperização, direcionando essa parcela da população para suprir suas necessidades através das políticas sociais.

É diante deste contraditório cenário de lutas de classes, que as políticas sociais passam a ser reivindicadas de maneira a contribuir para atenuar os conflitos existentes entre capital e trabalho, conflitos estes quem se dão como forma de legitimação do capital. Nesse sentido, as políticas sociais a princípio visam manter a ordem contribuindo para consolidar o processo de acumulação do capital.

Como meio de consolidar as políticas sociais no Brasil, se apresenta no cenário da assistência social brasileira, uma nova forma de viabilizar o acesso aos serviços socioassistenciais por parte dos cidadãos pauperizados - a inserção da assistência social no tripé da seguridade social a partir da Constituição Federal de 1988. Neste sentido, temos em 1993 com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), essa nova forma de proteção social, assegurando a todos que dela necessitem o acesso aos serviços ofertados. Ainda nessa direção, temos a consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que se caracteriza por ser um “sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (BRASIL, 2005, p. 86), e a ampliação do acesso aos programas sociais voltados para a melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Dentro dessa proposta são criados os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que se constituem como espaços que visam à oferta dos serviços do sistema de proteção social básica, “o CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto

comunitário” (BRASIL, 2005, p. 35). É também responsabilidade dos CRAS, a oferta dos serviços do Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), tendo, majoritariamente a família como sujeito principal de suas ações. Ainda de acordo com Brasil (2005), é função dos CRAS prestar orientação e informação a população de sua área de abrangência.

Os CRAS se apresentam ainda como um importante espaço que demanda a atuação do Assistente Social, podendo esse profissional,

contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que proteja a sua emancipação e a transformação social (LIMA, 2006, p. 137).

Neste sentido, é fundamental que a atuação do Serviço Social esteja devidamente de acordo com os princípios da Lei de Regulamentação da Profissão, assim como com o Código de Ética Profissional, visando a consolidação de uma atuação crítica a partir de uma visão de totalidade, comprometida com a garantia dos direitos dos seus usuários (CFESS, 2006).

Mesmo diante de todo o aparato legal que consolida a política social brasileira, é válido ressaltar que o princípio da universalização¹ em muitos casos não se materializa. No que se refere à assistência social, é claro observar que o acesso por parte dos usuários se dá de maneira fragmentada e seletista, ou seja, estão voltadas ao atendimento dos pobres e dentre estes são selecionados os mais miseráveis, dessa maneira deixando lacunas nos serviços prestados pela assistência social, a qual deve ser acessada por todos que dela necessitem.

Para atender aos objetivos desse trabalho será realizada uma breve contextualização do surgimento do Serviço Social enquanto profissão interventiva que perpassa as modificações da sociedade brasileira no enfrentamento a questão social, exigindo um profissional atento a essas mudanças, procurando acompanhar essas transformações societárias com novas formas de atuação, promovendo a qualidade dos seus serviços. Faremos também uma breve explanação das políticas sociais inseridas no campo dos direitos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que coloca a assistência social de fato como política de direito, retirando o caráter assistencial que permeou essa política na sua gênese.

¹ O princípio da universalidade esta contido no artº 194 da Constituição Federal (BRASIL, 2011), diz respeito a cobertura e ao atendimento universal dos riscos sociais que os indivíduos venham a sofrer, sendo de responsabilidade da seguridade social o provimento dessas necessidades.

O presente trabalho de conclusão de curso se gestou a partir do estágio curricular iniciado no segundo semestre de 2010, quando por ocasião, se deu meu contato com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do distrito de São José da Mata, Campina Grande-PB. Esse contexto despertou-nos o interesse pela assistência social enquanto política pública de enfrentamento às desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira.

Para o desenvolvimento desse estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo com objetivo de alcançar os resultados esperados, os dados foram coletados a partir do uso de entrevista semi-estruturada com perguntas abertas e fechadas.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO SOCIO-HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INTRÍNSECA RELAÇÃO COM A “QUESTÃO SOCIAL” BRASILEIRA

Embora surja a partir da sistematização da prática caritativa², o Serviço Social enquanto profissão tem sua emergência na sociedade brasileira em consequência do agravamento da “questão social”, que resultou na precarização das condições de vida da classe operária diante do processo de desenvolvimento urbano-industrial nos moldes do modo de produção capitalista, e da ascensão da classe burguesa industrial no Brasil. Esse novo modelo traz para a cena política brasileira as reivindicações da classe operária, que exige seu reconhecimento enquanto classe, contribuindo para o processo de aprofundamento da questão social, sendo esta:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 77).

² O surgimento do Serviço Social está ligado à realização das práticas assistenciais destinadas aos pobres, e que eram exercidas pelas chamadas damas de caridade, a assistência prestada estava voltada para atender as necessidades de cada indivíduo (ESTEVÃO, 1985). Procurava em primeiro lugar conhecer as verdadeiras necessidades de cada um. Usar economicamente as esmolas disponíveis, visitar as casas dos pobres e necessitados, estudar conscienciosamente os pedidos de ajuda e conseguir trabalho para os “desocupados”, para prevenir os problemas derivados da pobreza (ESTEVÃO, 1985, p. 12).

É nessa direção que se legitima o Serviço Social, atuando como força capaz de conter o avanço da questão social, mantendo a ordem vigente, contribuindo para o bom funcionamento do aparelho do Estado, tornando a “questão social” seu objeto de intervenção.

No entanto, esse enfrentamento da questão social imprime um caráter educativo ao Serviço Social, de maneira que, nessa perspectiva, vai atuar procurando adequar os operários ao contexto de exploração que se coloca a estes, atuando o Assistente Social como mediador dos conflitos entre Estado e sociedade, procurando conter as reivindicações dos operários, colocando-os em conformidade com as necessidades de manutenção da ordem imposta pela burguesia.

O cenário de lutas e reivindicações afirma a contradição entre capital e trabalho posta pelo intenso desenvolvimento do modo de produção capitalista, que coloca a “questão social” sob uma nova ótica exigindo então novas formas de enfrentamento,

o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 77).

Tendo em vista o aprofundamento do modelo desenvolvimentista adotado no Brasil e o avanço do modelo de produção capitalista, o Estado cria instituições assistenciais que busquem incorporar as reivindicações da classe operária, no sentido de enfrentar a “questão social”, de modo que atendam as suas demandas de forma que não interfiram no processo de acumulação, mas, que contribuam para consolidação de tal objetivo. É a partir da criação dessas instituições ligadas ao Estado e a ação social da Igreja Católica que se abrem os espaços de atuação para o Serviço Social como profissão capaz de atuar frente à “questão social”, com o objetivo de manter a ordem social vigente.

A prática profissional desenvolvida nesse período ainda não contava com um arsenal técnico, tendo em vista que suas bases nesse momento eram importadas de outros países e não se adequava à realidade brasileira, com isso o Serviço Social desenvolve uma prática de caráter assistencial e de caridade, ligada as práticas caritativas desenvolvidas então pela Igreja Católica. Eram então práticas sob as bases confessionais e que somente se ampliam a partir do modelo desenvolvimentista adotado no país nos anos 1950 que, em face do acelerado processo de desenvolvimento econômico, amplia os espaços de atuação para o Serviço Social. É válido destacar que:

com o surgimento das grandes instituições, amplia-se o mercado de trabalho para a profissão, permitindo ao Serviço Social romper com suas origens confessionais e transforma-se numa atividade institucionalizada. Suas bases de legitimação são deslocadas para o Estado e para os setores empresariais da sociedade [...] (SILVA, 1995, p. 25).

O Serviço Social então deixa de se caracterizar apenas como uma nova forma de exercer a caridade, mas se caracteriza agora como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 1995). Ainda de acordo com a autora, o Serviço Social passa a ser diferenciado da caridade tradicional e propõe uma ação educativa junto a família trabalhadora, numa direção mais preventiva dos problemas sociais e não apenas curativa. Essa “prevenção” efetua-se diante do ajustamento dos indivíduos ao contexto de acumulação do capital.

Esse trabalho preventivo e de ajustamento, desenvolvido pelo Serviço Social nesse momento, é incorporado pela profissão mediante a absorção dos métodos internacionais do Serviço Social de grupo e de comunidade³, numa perspectiva positivista de ajustar os indivíduos às condições de vida impostas pelo grande capital.

Nos marcos de 1960, o Serviço Social começa a sinalizar um questionamento da sua prática no que se refere às ações conservadoras que até então orientavam a prática profissional.

Esse novo contexto econômico que se gesta no Brasil exige um profissional mais qualificado técnica e teoricamente, para atuar sob essas novas demandas. Entretanto com a instauração da ditadura em 1964, esse processo é contido, ficando apenas com discussões pontuadas no interior da categoria. Nesse sentido,

[...] enquanto tem freada, no início do novo regime, a sua vertente crítica emergente, é bastante reforçado, do ponto de vista profissional, na medida em que tem um grande impulso quantitativo, tendo em vista a expansão do mercado de trabalho, e qualitativo, considerando-se o amplo debate empreendido, no meio profissional, sobre questões de teoria e de método do Serviço Social, ainda que numa visão modernizadora, cientificista e tecnicista (SILVA, 1995, p. 29).

A ditadura militar representa para o Serviço Social dois pólos divergentes, ao passo que lhe permite uma expansão da sua prática e exige dos profissionais uma postura modernizadora, sufoca seus ideais de uma atuação pautada numa vertente crítica. Esse

³ Esse tema pode ser melhor compreendido em Iamamoto (1995) e Silva (1995).

período é marcado pelo forte processo de repressão democrática, em que a “questão social” volta a ser enfrentada por meios repressivos sob o comando do Estado.

Ao mesmo tempo, na América Latina se inicia o Movimento de Renovação do Serviço Social, que é ocasionado pelos questionamentos de parte dos Assistentes Sociais quanto a suas teorias e práticas, que se tornam insuficientes para atuação profissional diante da conjuntura econômica ora posta⁴. No Brasil esse processo vem a se consolidar somente nos anos 70 e 80 quando o regime ditatorial apresenta sinais de crise, e o país começa a viver os passos da redemocratização, alcançada somente em 1985. É então, nesse contexto, que o Serviço Social tem sua atuação voltada para as classes subalternas, devido a sua intensa aproximação com os movimentos sociais que emergiam. É nesse contexto que a profissão passa a enfrentar novos desafios e contradições, os quais aguçam o processo de repensar a prática profissional na tentativa de atender aos novos desafios que se colocam.

De acordo com Mota (2010, p. 25),

nossos históricos desafios, originários da contraditória determinação social da profissão, tem no desenvolvimento do capitalismo; na emergência da questão social; na lutas e movimentos sociais; na ação do Estado, da sociedade civil e do empresariado o entrelaçamento das relações sociais que se produzem e se reproduzem numa processualidade dialética e contraditória.

Com a consolidação da democracia no Brasil, os desafios são cada vez mais expressivos para o Serviço Social no que confere ao desenvolvimento de uma prática comprometida com uma sociedade mais justa. Nesse contexto, a consolidação do projeto neoliberal nos anos de 1990, traz consigo a negação de direitos por parte do Estado e o aumento do desemprego. Nesta direção, o Serviço Social tem o desafio de desenvolver sua prática voltada para o enfrentamento de novas expressões da “questão social” que são evidenciadas nesse contexto, ao mesmo tempo novos espaços para atuação profissional são criados como forma de garantir o mínimo social para as classes menos favorecidas, as quais passam a se constituir como usuários das políticas sociais voltadas para a assistência social enquanto direito e garantida pela Constituição Federal (BRASIL, 2011).

⁴ Essa questão é bastante discutida por Netto (2009).

3 O SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO

A assistência social brasileira é marcada historicamente por um forte caráter assistencial e benevolente, voltado para o atendimento das necessidades dos indivíduos no enfrentamento da “questão social” por parte do Estado, em diferentes contextos do desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira. Desse modo, durante muito tempo a assistência social brasileira fica no campo da ajuda e prestação de serviços, através de ações que visam à adequação dos indivíduos ao meio, provendo apenas as suas necessidades básicas.

É por um longo período que assim se apresenta a assistência no cenário social. Depois de um longo processo de luta da classe trabalhadora, que viviam muitas vezes em situações de extrema pobreza, é que a assistência social ganha contornos de política social prestada pelos aparatos do Estado. Podemos assim considerar que “[...] o avanço das políticas sociais termina por ser menos a ação do Estado e mais o resultado de lutas concretas da população”. (SPOSATI et al, 1992, p. 34).

A Política de Assistência na perspectiva de direito, consolida-se como tal a partir do marco legal da Constituição Federal (CF) de 1988, passando a fazer parte do tripé da seguridade social brasileira na qual também estão inseridas a saúde e a previdência. Nesse sentido,

cabe lembrar que a Assistência Social, como política de proteção social, inserida na seguridade social, vem avançando muitíssimo no país, ao longo dos últimos anos, nos quais foram e vem sendo construídos mecanismos viabilizadores da construção de direitos sociais da população usuária dessa política, conjunto em que se destaca a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) (YAZBEK, 2008, p. 80).

Como marco expressivo desses avanços, podemos pontuar em 1993 a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social, que se coloca como política social de direito, sendo esta responsabilidade do Estado. Em 2004 a regulamentação da Política Nacional de Assistência Social tem como principal deliberação o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual materializa o conteúdo da LOAS.

Diante disso, é possível observar que a CF de 1988 traz uma nova concepção de Assistência Social, a qual não mais se caracteriza pela simples prática de caridade e benevolência que até então permeou essa política, mas apresenta-se com um caráter universal, numa articulação com outras políticas sociais, como forma de garantir o acesso sem restrições e o mínimo de condições para os que dela necessitem independente de contribuições prévias.

Em seu artigo I, a LOAS diz que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas [...] (BRASIL, 2004, p. 7).

Cabe resaltar aqui, que o avanço das políticas sociais inseridas no campo dos direitos, é fruto de uma histórica luta de classes e conta com uma significativa participação da categoria dos Assistentes Sociais, diante da crescente negação dos direitos sociais, na tentativa de diminuir as enormes desigualdades existentes.

Diante do avanço do neoliberalismo nos anos 1990, o Brasil vive um processo de desmonte das políticas sociais acarretando um retrocesso por parte do Estado na prestação dos serviços socioassistenciais, passando então para as mãos do setor privado e da sociedade a prestação desses serviços.

Tal processo ganha nova visibilidade no Brasil, quando é eleito em 2000 o presidente Luís Inácio Lula da Silva. O governo Lula traz consigo novas perspectivas para assistência social no Brasil, pois possibilita as classes de baixa renda o acesso a melhores condições de vida diante da criação e incorporação de programas sociais que atuam na promoção e desenvolvimento das condições de vida dessa parcela da população brasileira que se encontra em situações de vulnerabilidades sociais.

Nessa perspectiva, em 2004, é organizado um novo modelo de assistência social a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira, no que se refere à responsabilidade política, objetivando suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade de Estado.

A PNAS tem como foco a proteção social dos indivíduos organizada e referenciada nos três níveis de governos, federal, estadual e municipal. E através da descentralização e da territorialização, expressadas como forma de gestão dessa política, que se visa uma maior efetividade dos serviços socioassistenciais, no sentido de um trabalho intersetorial das ações

articuladas com as demais políticas públicas. Nesta direção, deve-se “garantir a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (BRASIL, 2005, p. 31).

Com o propósito de materialização da LOAS, é deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A deliberação do SUAS deve ser considerada como uma expressiva conquista no campo da assistência social, pois, apresenta um novo modelo de gestão da assistência social, apresentando-se como, para todo território nacional que integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 2005).

Esse novo modelo de gestão caracteriza-se por ser um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (BRASIL, 2005). Ainda de acordo com Brasil (2005), o SUAS constitui-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais.

De acordo com Simões (2011), o SUAS tem como funções assistenciais a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais. Podemos destacar que no que confere a vigilância social, o SUAS destaca que o trabalho deve ser voltado para a identificação e prevenção de situações de vulnerabilidade social que o indivíduo se encontra, através da organização das informações territoriais de cada instituição assistencial, com o objetivo de intervir garantindo ao indivíduo a não violação de seus direitos.

A proteção social apresenta-se em dois níveis de execução: a proteção social básica e a proteção social especial, a qual compreende a proteção social de média e alta complexidade. A defesa dos direitos socioassistenciais apreende-se que seja operacionalizada nas instituições do SUAS a ações de proteção básica e especial de modo que os usuários tenham conhecimento e acesso aos seus direitos socioassistenciais, os quais compreendem: atendimento digno, atencioso e sem procedimentos vexatórios e coercitivos; o direito de ter acesso aos serviços da rede com um tempo mínimo de espera e de acordo com a sua necessidade; o direito a informação, em especial para aqueles indivíduos desprovidos ou com pouca leitura ou ainda com limitação física; direito do usuário de manifestar seus interesses; direito a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005).

Um dos eixos estruturantes do SUAS está na forma de financiamento e organização dos serviços ofertados, que devem ser co-financiados pelas três esferas de governo, considerando as diferenças e necessidades de cada território, neste sentido, cada ente

federativo (união, estados e municípios) é responsável pela criação de suas secretarias de assistência social voltadas para o desenvolvimento das ações assistenciais de acordo com os programas, projetos, serviços e benefícios articulados pelo SUAS e dessa forma fortalecendo o princípio da territorialidade e descentralização da política de assistência.

Dessa forma, o SUAS enquanto política pública de direito, tem ainda como eixo estruturante, a matricialidade sociofamiliar, considerando a família como sujeito central de suas ações. É válido ressaltar que as transformações societárias que ocorrem nos últimos tempos são responsáveis pelo esfacelamento ou não do que se designa como família, no sentido de esta dever ser promotora de cuidados de seus membros. Diante do cenário de exclusão social acentua-se a fragilidade da mesma, passando esta a necessitar também de cuidados e proteção, devendo a família, assim, ganhar centralidade nas ações da política de assistência social (BRASIL, 2005).

É preciso considerar ainda, no que se refere à família, que esta instituição vem sofrendo ao longo dos tempos fortes impactos com relação a sua estrutura, a qual se pauta nos princípios de valorização do indivíduo. Essas mudanças são fruto das recentes transformações societárias que ocorrem no mundo do trabalho levando muitos indivíduos a situações de vulnerabilidade social, levando estes a serem usuários da política de assistência.

Na direção de atenuar os impactos negativos causados por tais transformações e como meio de consolidar as ações do SUAS, o qual tem como foco primordial a família, se apresenta no nível de proteção social básica os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, responsáveis pelo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O CRAS é um equipamento estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, com a finalidade de organizar, coordenar e executar os serviços de proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) (SIMÕES, 2011).

De acordo com a proposta do CRAS e da proteção social básica do SUAS devem ser realizadas as seguintes ações: Cadastro único; Atendimento Social; Convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Qualificação profissional dentre outros serviços e projetos complementares, os quais são executados a partir da formação dos grupos determinados como de crianças, jovens, gestantes, mulheres e idosos (BRASIL, 2005).

A função básica do CRAS, pois, consiste em trabalhar com famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, evitando que tenham seus direitos violados, possibilitando que não retrocedam a situações de vulnerabilidade. Ainda são desenvolvidas ações voltadas para geração de renda destas famílias na tentativa de melhorar as condições de vida desses indivíduos. Tais ações, podem ser observadas a partir de ações coletivas com os

grupos de convivência desses espaços, os quais se caracterizam por buscarem a promoção do desenvolvimento das relações familiares e comunitária, trabalhando, por exemplo: regras de convivência, responsabilidades, noções de cidadania e empreendedorismo, dentre outras necessidades que os grupos venham a apresentar.

De acordo com Brasil (2005), tais ações são de cunho sócio-educativo, visando, contudo a garantia dos direitos, a inclusão social, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, tanto individual quanto coletiva, dos sujeitos usuários dos serviços. É fundamental o trabalho do Assistente social na condução dessas ações as quais devem se processar numa articulação com os demais profissionais. Devemos então compreender que “a lógica das ações socioeducativas, realizadas no escopo dos processos socioassistenciais, está centrada nos usuários, enquanto sujeitos de Direitos” (MIOTO, 2009, p. 4).

Neste sentido, verificamos que os objetivos pretendidos com a execução do trabalho com os grupos no âmbito do CRAS, visam possibilitar o acesso aos direitos garantidos aos usuários da assistência. Portanto, podemos destacar que o trabalho desenvolvido com essas ações se torna um “campo privilegiado para o trabalho de valores éticos e políticos através do desenvolvimento da convivência, sociabilidade e participação na defesa e afirmação de direitos, com vistas à emancipação, autonomia e cidadania.” (BRASIL, 2012, p. 4).

4 O SURGIMENTO DA PESQUISA: CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE ESTÁGIO

O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS do distrito de São José da Mata, local onde se realizou a presente pesquisa, tem uma meta de atendimento de cinco mil famílias. Foi implantado em Março de 2010, em razão da vulnerabilidade e a constatação do alto risco social do lugar. A instituição conta com uma equipe multidisciplinar, composta por 02 (duas) Psicólogas, 03 (três) Assistentes Sociais, sendo uma delas a coordenadora geral. A equipe de apoio conta com 01 (uma) auxiliar de serviços gerais e 03 (três) vigilantes, 01 (um) diurno e 02 (dois) noturno.

A área de abrangência do CRAS compreende as seguintes localidades⁵: Tambor, Bosque km 21, Covão, Monte Alegre, Capim Grande, Castelo, Felix Amaro, Mucumba, Olho D'água, Farinha, Boi Velho, Capuchu, Gaspar, Carretão, Serra de Joaquim Vieira I e II,

⁵ É importante destacar que o distrito compreende áreas urbana e rural.

Gabriel, Lagoa de Dentro, Grotão, Riacho dos Porcos, Lagoa de João Gomes, Campo de Angola, Maliça e São Januário⁶.

A instituição apresenta a formação de 06 (seis) grupos de convivência: 01 (um) de crianças; 02 (dois) de mulheres, 01 (um) de gestantes; 01 (um) de idosos; 01 (um) de adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e dois (02) com os adolescentes do PROJOVEM. No entanto, o grupo de mulheres e os de adolescentes do PROJOVEM tem acompanhamento permanente apenas de uma psicóloga, entretando a presença de Assistente Social se dá em função de realização de palestras eventuais.

As principais demandas constituem-se basicamente do cadastramento das famílias; encaminhamentos para os outros setores da rede socioassistencial no âmbito das políticas sociais, que de acordo com o SUAS devem realizar um trabalho integrado, objetivando um melhor resultado no enfrentamento das questões sociais; informações variadas, como por exemplo, quanto aos programas de transferência de renda, e também o assessoramento da população usuária em diversas situações da vida cotidiana.

Na direção de atender tais demandas os técnicos devem fazer uso de instrumentos e técnicas que visem dar respaldo as suas ações, desse modo os profissionais do CRAS utilizam-se de meios como visitas domiciliares e institucionais, formação e acompanhamento de grupos de convivência, dentre outras aparatos que potencialize suas ações.

No tocante a atuação dos Assistentes Sociais no CRAS de São José da Mata, há que se considerar certa dificuldade na execução da sua prática profissional, quando não se verifica uma definição de suas atribuições enquanto profissional do Serviço Social. Podemos aqui destacar algumas atribuições específicas do Assistente Social de acordo com o Art. 4º, da Lei nº 8.063/93 que regulamenta a profissão e aponta as competências do Assistente Social, dentre elas:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto á órgão de administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II – elaborar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III – encaminhar previdências, e prestar orientação social e indivíduos, grupos e a população; IV – (VETADO); V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII – prestar assessoria e consultoria órgãos da administração pública direta ou

⁶ Os dados foram retirados do relatório anual de 2011, produzido pela equipe do CRAS.

indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionadas às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X – planejamento, organização e administração dos Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e Serviços Sociais junto á órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades [...].

Em alguns momentos as demandas postas ao CRAS, requerem uma maior definição da identidade dos profissionais que compõem a equipe de trabalho, tanto os Assistentes Sociais quanto os psicólogos. Entretanto, a prática dos Assistentes Sociais na instituição se enquadra num dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 2006) que é o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

Considerando o processo de formação das políticas de assistência social, dado seu caráter assistencialista e suas ações caritativas, podemos destacar que a ênfase na centralidade da família como foco principal de atuação da assistência social, coloca em particular ao profissional do Serviço Social um desafio constante para intervenção profissional, dado o caráter muitas vezes assistencialista, imediato e focalista que ainda permeia as políticas assistenciais e que se contrapõem ao exercício profissional de Assistente Social, no sentido de legitimação do projeto ético-político da profissão o qual visa um novo modo de sociabilidade, justa e igualitária.

Sendo assim, a dinâmica de atuação do Serviço Social no contexto da reprodução do cotidiano junto aos grupos de convivência do CRAS, contribui para o reconhecimento da importância do fortalecimento do projeto profissional da profissão no decorrer da produção e reprodução das relações desse espaço institucional. Porém, de modo geral, o Assistente Social pode vir a reproduzir práticas que compactuam com o discurso das relações de reprodução social exigidas pelo sistema capitalista, estando o profissional voltado para atender muito mais as necessidades do capital em detrimento das reais necessidades dos usuários e dessa forma contradizendo o projeto ético político profissional.

4.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA: A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO TRABALHO

A pesquisa se constitui do tipo descritiva-explicativa, que de acordo com Gil (2010, p. 28) “algumas pesquisas de caráter descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”, [o autor ainda enfatiza que], “neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa”. Desse modo, esse tipo de pesquisa foi a que melhor atendeu nossas inquietações diante do objeto pesquisado. Quanto à natureza da pesquisa, esta tem um caráter qualitativo, pois pretendemos uma análise descritiva das relações que envolvem o universo e sujeitos da nossa pesquisa.

Para a coleta dos dados fizemos uso de entrevista semi-estruturada, entendendo que “a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais” (GIL, 1995, p. 115). Segundo Selltiz et al (1967 apud GIL, 1995, p. 113) a utilização da entrevista:

é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

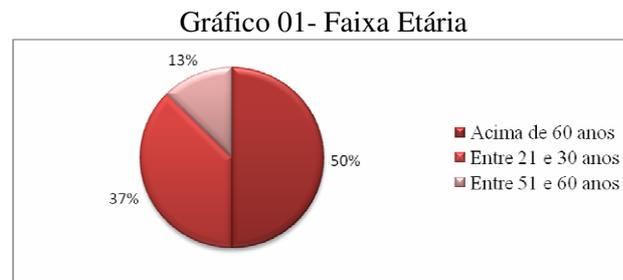
Dessa forma, nos possibilitou captar nas falas dos entrevistados os elementos que contribuíram para apreender a maneira como se potencializa as atividades realizadas.

Os sujeitos desta pesquisa compreenderam os participantes dos grupos de idosos e gestantes do CRAS e os profissionais de Serviço Social que acompanham os referidos grupos. A indagação feita por Minayo (1998, p. 43) “[...] quais indivíduos sociais têm uma vinculação para o problema a ser investigado?”, confirma nossa escolha, no sentido de que a escolha dos sujeitos, que constituem a amostra da pesquisa, ocorreu de modo intencional não probabilística, por entendermos que apenas esse tipo de amostra atende aos objetivos da pesquisa. Tal amostra foi composta por um total de 03 (três) gestantes e 05 (cinco) idosos, bem como, 03 (três) Assistentes Sociais coordenadores dos grupos.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

4.2.1 Perfil dos entrevistados

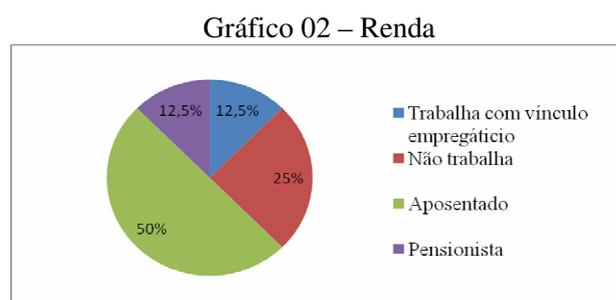
Durante o processo de investigação procuramos apreender o perfil socioeconômico dos entrevistados participantes dos grupos, dessa maneira nos foi revelado que 100% dos entrevistados são do sexo feminino. A faixa etária consiste, pois em 50% com idade acima de 60 anos, 37% na faixa dos 12 a 30 anos, ficando o restante entre 51 e 60 anos. Como pode ser visualizado no Gráfico 01:



Fonte: Dados da pesquisa de Campo (2012)

Com relação à escolaridade, verificamos que o nível de instrução pode ser considerado satisfatório, embora ainda 02 (duas) usuárias sejam analfabetas. O restante das entrevistadas, 02 (duas) possuem ensino fundamental incompleto e 01 (uma) ensino fundamental completo, 02 (duas) tem ensino médio completo e 01 (uma) ensino médio incompleto.

Na questão da renda, verificamos que 100% dos entrevistados vivem com apenas um salário mínimo, sendo 50% aposentadas e os outros 50% não trabalham, vivendo sob os cuidados do marido ou da família. Como especificado no Gráfico 02:



Fonte: Dados da pesquisa de Campo (2012)

Sendo critério prioritário nas ações do CRAS o acompanhamento dos programas de transferência de renda, verificamos que nenhuma das entrevistadas recebe algum benefício social.

No que se refere ao perfil dos profissionais entrevistados, constatamos que 100% são casadas, do sexo feminino, fica evidenciada, assim, a afirmação de Yamamoto (2009, p. 104) “a condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional”.

A renda está entre 01 (um) e 02 (dois) salários mínimos, os perfis de formação são também idênticos, pois todas se formaram na Universidade Estadual da Paraíba entre os anos de 2000 a 2010, no entanto apenas uma delas possui pós-graduação concluída, uma está concluindo, ambas em políticas sociais e uma possui apenas a graduação.

Para que o objetivo do estudo fosse alcançado procuramos então abordar a visão dos profissionais e participantes a respeito do trabalho com os grupos de convivência. O trabalho com grupos objetiva melhorar as condições de vida dos seus participantes. No caso dos grupos pesquisados, estes se caracterizam por serem de caráter socioeducativo, pois visam ao fortalecimento dos vínculos familiares e conseqüentemente uma maior convivência social.

As ações socioeducativas, no âmbito dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois pilares. Um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários (MIOTO, 2009, p. 5).

Para tanto, questionamos os participantes a respeito do significado da participação nos grupos. Nos foi revelado que o alcance das ações se dá de forma positiva, sendo evidenciado na fala dos próprios participantes:

Entrevistada 02 - Mulher... pra mim foi ótimo porque eu aprendi muita coisa com elas, com as meninas, a respeito até do nosso bebê mesmo. Do que é ser mãe, tudo que a gente ia poder passar pra eles. Elas passaram muita coisa, muita informação.

Entrevistada 06 - Sempre é bom a gente escutar o que num sabe né? Porque fica sabendo.

É válido destacar que os Assistentes Sociais são responsáveis por:

[...] socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 69).

Entretanto, uma questão nos revelou que ainda pode ser considerado frágil o trabalho de divulgação das ações do CRAS como um todo, tanto de uma abrangência maior no que diz respeito ao conhecimento do espaço pela população, como dos próprios serviços ali ofertados, pois ao longo do processo investigativo, procuramos conhecer a forma como os usuários conheceram o CRAS e o que eles sabiam a respeito do mesmo, e verificou-se que pouco ou nada sabiam. Podemos então confirmar com os depoimentos, acerca dessa questão;

Entrevistada 01 – Eu conheci porque elas foram até a unidade atrás né, de formar esse grupo, aí foi que elas passaram lá. Até então eu não sabia não, que funcionava lá em cima.

Entrevistado 02 - Ah eu conheci assim porque elas vieram na nossa casa e convidaram a gente pra ir assistir.

Entrevistada 01 - Ah que lá atende assistente social, psicólogo, tem o pessoal que trabalha com o grupo de jovens, de crianças... até onde sei é um trabalho bem interessante.

E ainda há falas que expressam o desconhecimento mais agudizado:

Entrevistada 04 - Nada, nada. Num sei de nada.

Entrevistada 06 - Não sei de nada. Assim... tem muitas coisas né que fala lá.

Podemos considerar que o contato com o espaço por parte dos participantes se deu por meio da busca ativa realizada pelos profissionais, pois

a busca ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. [...] contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações [...] os apoios e recursos existentes e seus vínculos sociais (BRASIL, 2006, p. 29).

Para uma maior compreensão da dimensão do trabalho em grupo na vida dos usuários, questionamos os participantes e profissionais quanto aos impactos desse trabalho na vida dos participantes e observamos uma contradição nas respostas entre profissionais e participantes. Embora para a maioria dos participantes os impactos tenham sido positivos, constatamos que há outro tipo de resultado como podemos verificar na fala a seguir: “*Num fez diferença nenhuma minha filha, num vou dizer a você! Porque diferença nenhuma num fez. Num resolvi nada que queria resolver, o que eu queria era esse exame, que eu num tenho condição de pagar, mas até agora num resolvi nada [...]*” (Entrevistada 08)⁷.

Em contrapartida esse resultado tido como negativo decorre de uma compreensão equivocada do que se propõe o grupo. Pois, os grupos de convivência:

ao contrário daqueles com finalidade psicoterapêutica, no grupo socioeducativo há sempre um foco a ser considerado, um resultado a ser atingido naquele encontro, naquela reunião ou ao longo das reuniões [...] trabalhar para o desenvolvimento dos participantes a partir de suas capacidades, atitudes, compreensão de sua situação face a questões sociais. E também, dos vínculos e das relações sociais que se estabelecem no grupo socioeducativo, sem pretender fazer psicoterapia, com finalidade curativa. (GUIMARÃES, 2004, p. 137 apud ROMANO, 2009, p. 114).

No que diz respeito a possíveis contribuições do grupo para a vida dos participantes, perguntamos então o que eles esperavam do grupo para suas vidas, e a investigação nos mostrou uma frágil contribuição, muito mais relacionada ao assistencialismo quando os entrevistados colocam a ajuda como principal contribuição.

Entrevistada 06 - *Eu nem sei...eu acho assim que quando eu chegasse a precisar de alguma coisa, tinha que me ajudar, pelo menos era o que era passado né, que se a gente precisasse de alguma coisa era só falar que vai ter sempre gente pra ajudar.*

Entrevistada 08 - *Eu espero que me ajude, espero que me ajude! Primeiramente Deus, e eu já entrei aqui, espero que me ajude.*

Numa relação com a investigação dos profissionais procuramos então conhecer os objetivos pretendidos para os grupos e como eram vistos tais objetivos na vida dos participantes. Comprovados pela fala dos profissionais os objetivos consistem em:

⁷ Segundo a entrevistada, ela estava em busca de um exame e viu no grupo uma possibilidade de conseguir o mesmo, tendo em vista que já havia procurado os serviços de saúde e não havia conseguido. No entanto, até o fim da pesquisa a usuária não havia conseguido o exame, assim identificado na fala da mesma.

A.S 1- Primeiro né tirar dessa faixa de extrema pobreza né, tentar inserir no CAD Único, Bolsa Família, e tentar também ta contribuindo em toda faixa etária de saúde educação e também claro, com assistência né? Tentar tirar dessa faixa que seria o principal do programa né, essa faixa de extrema pobreza e dá uma assistência social a essas famílias.

A.S 2 - é como eu já disse... a primeira é promover a inclusão social, porque promovendo a inclusão social você vai promover a autoestima né? A autoestima do idoso, da criança, fica lá em cima quando eles se sentem incluídos, que se sentem importante. Então nosso objetivo primeiro é promover a inclusão social, fazer com que eles resgatem a história deles, até pra fazer uma comparação com o contexto atual.

Podemos então compreender que os objetivos apresentados pelos profissionais, procuram atender as proposições feitas pelo SUAS na direção de possibilitar melhorias nas condições de vida dos usuários da política de assistência, e promovendo a inserção desse em espaços de discussões que contribuam para a conquista de sua autonomia.

No tocante às repercussões do trabalho do Assistente Social na vida dos usuários, as profissionais assim colocam:

A.S 1- Causa bastante impacto. Assim pode até citar na questão do, do... das gestantes, por exemplo, que muitas delas nem conheciam o direito do auxílio natalidade por exemplo, que o próprio PSF que era pra fazer esse trabalho e não faz, então diante das necessidades, a gente trabalha essas temáticas dos direitos, de como buscar, como procurar, quem tem direito, quem não tem. Então eu acho que é positivo o impacto, o impacto é bom.

A.S 2- Causam, causam. E eu já conversando com eles, eu procuro conscientizar assim... porque eles tem direito, tem direito, são senhores de direito. [...] eles fazem queixas sempre com relação a saúde, também já teve queixas com relação a educação. Mas os idosos quando eles me procuram pra fazer uma queixa, então a gente sente que o nosso trabalho na comunidade tá tendo impacto, que eles já estão senhores de direitos, conscientes que tem direitos, senão eles não nos procurariam né? Então tá causando impacto.

Por consequência devemos compreender que:

[...] espera-se que por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão - ganhe mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instancias da esfera publica, especialmente nas de controle social. (MIOTO, 2009, p. 8).

Os processos socioeducativos possibilitam uma maior autonomia e conscientização dos usuários, nessa direção a afirmação acima encontra respaldo na fala dos profissionais quando expressam os resultados alcançados a partir dos objetivos pretendidos.

A.S1-Não, assim, com certeza! Vamos pensar em cada grupo né? [...] aquele idoso que vivia em depressão e vai participar do CRAS e já não tá mais com essa depressão, já tá com autoestima... Assim por diante, aquela mãe que... aquela gestante que não ia fazer o pré-natal, mas depois do envolvimento com o grupo viu a importância de tá participando do pré-natal, de saber como seu filho poderia é... tem que ser cuidado ao nascer. Então com certeza né?

Entretanto, para que esse trabalho seja alcançado e realizado, há que se ter um planejamento das ações de forma que abranja tanto as necessidades do CRAS, quanto e mais importante, a necessidade dos usuários tendo como ponto de partida o conhecimento da área de atuação em que se vai realizar o trabalho e as condições em que esse trabalho vai se realizar. Partindo dessa premissa procuramos compreender como se realiza o planejamento das ações por parte dos profissionais:

A.S 1- O planejamento é feito de acordo com a demanda, com a necessidade do grupo que atuo que é gestante, é... as necessidades que elas querem. Através de propostas a gente reuni-se através daí faz o plano de ação.

A.S 2- a partir de uma reunião né, a gente verifica alguma possibilidade, as dificuldade, toda a situação do CRAS, pra poder a gente entrar num consenso e fazer um planejamento individual de cada grupo e depois um planejamento maior do CRAS, do CRAS pra São José da Mata, já que a gente trabalha na área de São José da Mata.

Nesse sentido verificamos a importância e necessidade de planejar para consequentemente obter resultados consistentes e satisfatórios.

Com o avanço das políticas sociais frente ao crescimento dos programas sociais na contemporaneidade, apresentou-se ao Assistente Social novos espaços para atuação. Embora seja amplo esse campo de atuação, representa um desafio para o profissional, considerando as condições de trabalho que são oferecidas, que muitas vezes fragiliza a prática profissional. No CRAS investigado essa realidade não é diferente. Nesse sentido, as condições de trabalho em que atuam os Assistentes Sociais na instituição são consideradas como limitadoras da prática profissional, esse processo é evidenciado quando questionados sobre quais os limites

encontrados no decorrer do trabalho realizado. Apreendemos que as principais dificuldades encontradas pelos profissionais são:

A.S 2 - Estrutura de transportes que não tem, pra gente realizar visita que não tem, pra ter um trabalho mais sistemático, estrutura física mesmo que nós não temos dentro do CRAS, as dificuldades que nós temos inclusive até a didática. Então são dificuldades que travam o nosso trabalho e não tem como a gente avançar.

A.S 1- A estrutura física com certeza né, a questão da verba também né, a questão de equipamentos, computadores, é... uma sala adequada, parquinho, uma brinquedoteca, uma estrutura como um todo pra poder tá atendendo essa comunidade.

Para Yamamoto (2009, p. 96), “[...] os assistentes sociais proprietários de sua força de trabalho qualificada, não dispõem, todavia, de todos os meios e condições necessários para a efetivação de seu trabalho, parte dos quais são fornecidos pelas entidades empregadoras”.

É fundamental compreender que tal processo se gesta em virtude do caráter político e assistencialista que permeia esses espaços, pois o processo de municipalização dos serviços assistenciais responsabiliza os municípios pela gestão dos CRAS e com isso pode vir a contribuir para que questões políticas se sobreponham as questões assistenciais enquanto direitos dos cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desafios enfrentados pelos profissionais e a fragilidade nas ações, a assistência social brasileira constitui uma importante via de acesso às políticas públicas para as classes de baixa renda. Nesta direção, o SUAS tem procurado solidificar suas ações de modo que os melhores resultados possíveis sejam alcançados, no sentido de consolidação das ações a que se propõe.

O CRAS, enquanto espaço de oferta dos serviços de proteção social básica previsto no SUAS, tem na realização do trabalho dos grupos de convivência, um importante papel de consolidação e efetivação da políticas de assistência. Nessa direção, estes espaços constituem-se como porta de entrada para os demais serviços ofertados pelas políticas de assistência social.

Nessa compreensão, o presente trabalho procurou identificar o trabalho do Assistente Social junto aos grupos de convivência e os impactos causados na vida dos participantes. Sendo assim, o nosso processo investigativo nos possibilitou identificar que a dimensão do trabalho nos grupos de convivência, mesmo atendendo alguns dos objetivos a que se propõe com relação aos participantes, apresenta ainda muitos desafios a serem enfrentados.

Podemos então destacar que os principais desafios estão na direção dos fatores relacionados ao repasse das verbas para os CRAS e acabam por limitar as ações dos profissionais por falta, muitas vezes, de recursos materiais, como identificamos na fala dos Assistentes Sociais. No entanto, o trabalho com os grupos, enquanto um espaço de construção voltado para o conhecimento e consolidação de direitos por parte dos participantes, se mostrou eficiente e contributivo para a autonomia dos participantes, pois tanto na fala deles quanto dos profissionais nos fica evidente.

É importante destacar que a dimensão do trabalho socioeducativo desenvolvido nos grupos é parte constitutiva do serviço social, considerando o trabalho com as famílias que o Assistente Social realiza desde o princípio de seu surgimento.

Portanto, a realização deste trabalho nos auxiliou para uma maior reflexão do trabalho do Assistente Social diante dos novos espaços socio-ocupacionais que se apresentam, e como isso tem se dado na vida dos que são atendidos, que embora seja ainda um trabalho fragmentado em face das condições dadas para que seja desenvolvido, tem se mostrado positivo e eficiente no atendimento de suas propostas.

REFERÊNCIAS

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS**: lei orgânica da assistência social: legislação suplementar. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Ações socioeducativas na política de assistência social**. Disponível em: <http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.691210001254242755_acoes_socioeducativas_no_cras.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção básica do Sistema Único de Assistência Social**: orientações técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social. Brasília: MDS, 2006.

- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do assistente social**: lei 8.666/93 de regulamentação da profissão. Brasília: CFESS, 2006.
- ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 3º ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **As ações sócio-educativas e o projeto ético político do serviço social**: tendências da produção bibliográfica. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9º ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e família. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS, ABEPSS, 2009.
- MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In: _____ (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p. 13-34.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 13º ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ROMANO, Ana Paula Herminelli. **Entre socialização da informação e organização coletiva**: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do Rio Preto /SP. 2009. 234 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Franca, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito de serviço social**. 5º ed. V. 3. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

YAZBEC, Maria Carmelita. Estado, políticas sociais e implementação do SUAS. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília: MDS, 2008. (CapacitaSuas: v 1)

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP/UEPB



COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.



PARECER DO RELATOR: (11)

Número do Parecer:0088.0.133.000-12

Titulo: O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA.

Pesquisador(a): THEREZA KARLA DE SOUZA MELO

Data da relatoria: 30 de maio de 2012

Apresentação do Projeto:

O projeto de Pesquisa intitulado "O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE SÃO JOSÉ DA MATA DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA.", apresenta-se como proposta e objetivo geral " avaliar o trabalho do Serviço Social junto aos Grupos de Convivência do CRAS de São José da Mata e os impactos dessa atuação na vida dos usuários" tem relevância social e científica. concorde tratar, em síntese, de destacar que "há impactos sociais de maior/menor nível na vida de seus usuários", quanto às percepções desses usuários numa perspectiva de "melhoria das condições de vida", Pois sabe-se que de acordo com a proposta dos CRAS, o objetivo desses grupos consiste em promover o desenvolvimento das relações familiares e comunitárias. Com realização de atividades voltadas para a política de geração de renda para as famílias.